

A GRANDE GUERRA: LIÇÕES AINDA A APRENDER

Cláudio Marin Rodrigues*

RESUMO

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) alterou o modus faciendi da guerra. Além do mais atingiu várias áreas do Globo. Novos armamentos foram empregados e devido ao grande número de baixas, quer entre militares quer entre civis, atingiu a psique do povo da Europa. Este estudo observou que esse conflito armado teve repercussão, causando profundas mudanças, não só no campo militar, como também em outras áreas que compõem o Estado: da política, da economia, da ideologia e a social. Verificou-se também que os reflexos daquele conflito armado ainda alcançam a atualidade.

Palavras-chave: Grande Guerra; Lições Primeira Guerra Mundial; Triple Entente, Tríplice Aliança.

ABSTRACT

The Great War altered the war modus faciendi. It included many regions in the world. New weapons were employed and because of the many military and civilian casualties it hit the European populations' psyche. This article discusses the military conflict and what it caused in terms of changes not only in the military field but also in other state segments: politics, economy, ideology and social, segments. This conflict has impact and reflexes until today.

Keywords: Great War. Lessons of World War One; Triple Entente; Triple Alliance.

INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a realizar uma breve análise da Grande Guerra (1914-1918), no seu quase centenário. Para obtermos lições sobre a arte da guerra, é necessário fazê-la em cinco campos: militar, político, econômico,

Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). E-mail: cmarin@terra.com.br.

ideológico e social. Essas áreas foram fortemente afetadas pela dimensão do conflito armado e o seu *modus faciendi*. Como resultado imediato, novas estratégias políticas e militares foram desenvolvidas pelos Estados para fazer frente a esta nova forma de conduzir a guerra.

A humanidade, devido à participação de vários Estados beligerantes, de um grande número de militares e civis empregados, e ao desenvolvimento de novos meios de comunicações, tomou conhecimento, quase que de imediato, das atrocidades cometidas pelos Estados ditos “civilizados”, tanto nos campos de batalha quanto contra populações civis. Pode-se dizer que o terror e a tragédia advindos com o novo modo de fazer a guerra tinha alcançado o homem na sua modernidade¹.

Para o campo da política internacional, o fim das campanhas militares não trouxe o final do conflito para os Estados beligerantes, pois o Tratado de Versailles (1919) trouxe em seu bojo sementes para futuras crises políticas que atingiram nos anos seguintes, os cantões do Globo. Com a Grande Guerra a Terra ficou menor.

Pode-se afirmar que os desdobramentos políticos e econômicos originados com o final das campanhas militares e as crises políticas na área das relações internacionais do pós-guerra levaram à Segunda Guerra Mundial, à Guerra Fria, à Guerra da Coreia, à Guerra do Vietnã, às Guerras Árabe-Israelenses, à Guerra do Afeganistão, à queda do Muro de Berlim (1989) e ao fim formal da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 25 de dezembro de 1991. Este período foi chamado por Bobbitt de longa guerra, pois “agora, todas as grandes potências que haviam iniciado em 1914 a turbulenta busca de uma ordem, constitucional, legítima e legitimadora que sucedesse os impérios do século XIX haviam chegado a um consenso.” (Bobbitt, 2003:56).

O PORQUÊ DA GUERRA

Com o final das guerras religiosas e com a implementação do Tratado de Westphalia (1648), os Estados europeus adquiriram a soberania plena sobre seu território. Com isso, as relações políticas e econômicas entre eles entraram em uma nova fase, e foram atualizadas por meio dos Tratados de Utrecht (1713) e de Viena (1815). Os Estados se fortaleceram como entidades jurídicas e soberanas. Desta forma, por quase 250 anos os Estados com mais poder – Grã-Bretanha, França, Prússia-Alemanha, Rússia e Império

¹ Sobre o conceito de Modernidade, ver Koselleck (2006, parte I).

Austríaco, depois Austro-Húngaro – trabalharam no sentido de orientar a política exterior de seus países na direção da manutenção do status quo em relação à distribuição do poder entre eles². Essa política de harmonia, na Europa, facilitou também a execução das políticas colonialistas dos mais poderosos ao redor do Globo.

A Revolução Francesa (1789) marcou uma nova era na política europeia e as posteriores campanhas militares de Napoleão (1805-1815) tinham como estratégia o desequilíbrio de poder em favor do Estado francês. Todavia, com o fim das guerras napoleônicas e o Tratado de Viena, o velho equilíbrio de poder foi restabelecido entre os grandes da Europa.

A guerra franco-prussiana (1870-1871), a unificação da Itália (1870), a unificação da Alemanha (1871) e a segunda Revolução Industrial, ocorrida na segunda metade do século XIX, deram início ao desequilíbrio do poder entre os cinco grandes da Europa.

Entre 1871 e 1914 as mudanças na distribuição de poder foram significativas e, em consequência, alteraram a política exterior das grandes potências. Em 1870, a Grã-Bretanha era o primeiro país na produção industrial e no comércio mundial, e a França, o segundo. Em 1913, a Grã-Bretanha passou para a terceira posição e a França para a quarta em termos de produção industrial e comércio internacional. A Alemanha, por outro lado, em 1913 alcançou a liderança na produção industrial graças ao forte desenvolvimento econômico efetivado pelo Estado desde a sua unificação, à organização do trabalho, educação básica e à utilização, em grande escala, dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos advindos da segunda Revolução Industrial³.

Além disso, a partir de 1890, no Ocidente, os Estados Unidos da América (EUA) e no Oriente, o Japão, começaram a despontar como Estados que buscavam mais poder em relação ao cenário internacional. Foi o início do deslocamento do centro de poder mundial, que até então se limitava ao continente Europeu, para outras áreas do Globo. Por outro lado, o Império Austro-Húngaro, no início do século XX, encontrava-se em decadência política, econômica e social devido, principalmente, às diferentes nacionalidades em seu território, e o Império Russo apresentava graves problemas internos, principalmente com as revoltas dos trabalhadores citadinos, devido às políticas econômicas e sociais vigentes.

²Sobre a teoria do Balanço do Poder, ver Morgenthau (1967, parte II).

³ Para mais detalhes, ver Schmitt & Vedeler (1988, cap. 1).

Na virada do século XX, em virtude da política militarista implementada pelo governo do Kaiser Wilhelm II, a Alemanha passou a contar com o maior exército da Europa e buscava uma forte para fazer frente à Marinha britânica, para defender seu comércio internacional. A Grã-Bretanha, por outro lado, envidava todos os esforços para manter sua supremacia nos mares, e a França apostava na qualidade e na força de seu exército.

A partir de 1900, o desequilíbrio na balança de poder já era uma realidade, e para que o status quo se mantivesse, a guerra tornava-se necessária. Se o status quo fosse revisado, seria a aceitação, pelos demais, da supremacia do poder alemão no continente europeu. A partir desta constatação, a Europa passou a vivenciar uma guerra silenciosa. Com a situação da guerra latente, os Estados poderosos formaram alianças para prover sua segurança e para, ainda, tentar a prevenção da guerra. Procurou-se um novo equilíbrio de poder por meio de alianças, fadado ao fracasso. Grã-Bretanha, França e Rússia formaram a Triple Entente; Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália, a Tríplice Aliança. Assim, no equilíbrio de poder existente houve um desequilíbrio fadado a rupturas; portanto a guerra era uma questão de tempo.

No período de 1905 a 1914, ocorreram várias crises diplomáticas entre os grandes da Europa – três crises denominadas do Marrocos (1905, 1908, e 1911), colocando, de um lado, França e Grã-Bretanha e, de outro, a Alemanha. A crise de 1908-1909 envolveu a Rússia e o Império Austro-Húngaro, resultado da anexação da Bósnia por este Império. A crise de 1912-1913 deu origem à guerra dos Balcãs, envolvendo o problema da Sérvia; esta guerra afetou os interesses russos nos Balcãs. Todas essas crises foram “resolvidas” por intermédio dos canais diplomáticos. Verifica-se que apesar dos esforços diplomáticos a guerra se tornava iminente, pois o cerne da questão não estava no centro das crises, mas na distribuição de poder entre os grandes.

Em 28 de junho de 1914, o arquiduque Franz Ferdinand, sucessor ao trono do Império Austro-Húngaro, foi assassinado em Sarajevo. Esse assassinato deu origem a uma crise diplomática entre a Rússia, o Império Austro-Húngaro e a Sérvia; e acabou envolvendo as alianças feitas no início do século. Desta vez, a diplomacia europeia, esgarçada, não conseguiu resolver a crise pelos canais diplomáticos. Ademais, a Alemanha deu carta branca ao governo Austro-Húngaro para que desenvolvesse ações militares contra a Sérvia e a Rússia, caso a crise não se resolvesse por vias diplomáticas. Os grandes mobilizam seus exércitos e, com a invasão da Bélgica pela Alemanha, em 4 de agosto de 1914, a Grã-Bretanha declara guerra a esta última. Desta forma, a Alemanha passou a ter duas frentes de batalha: a leste contra a Rússia, a oeste contra a França e a Grã-Bretanha. Em 23 de agosto do mesmo ano, o Japão declara guerra contra a Alemanha devido

à presença de navios de guerra alemães no Oriente, fato que ameaçava os interesses japoneses na região.

O conflito passou a proporções mundiais e a humanidade se viu defronte a uma guerra sem precedentes na história do homem moderno. A Grande Guerra não foi um simples conflito militar, mas três guerras em uma: a guerra dos Bálcãs sobre os negócios do Leste Europeu; a guerra continental sobre o continente Europeu; e a guerra mundial na qual a Alemanha desafiou o poder e a supremacia naval da Grã-Bretanha (Schmitt e Vedeler, 1998: 7).

Em abril de 1917, os EUA declararam guerra à Alemanha, em razão da guerra submarina irrestrita praticada pelos alemães; além disso, havia fortes interesses econômicos e geopolíticos em jogo. Em 15 de dezembro do mesmo ano, devido à vitória da Revolução Bolchevique, o novo governo russo assina o armistício de Brest-Litovsk com a Alemanha.

Em 11 de novembro de 1918, foi assinado o armistício entre os aliados e a Alemanha, pois esta havia sido derrotada. O armistício e as condições para a paz do Tratado de Versailles deram início ao caminho para a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A Grande Guerra marcou o início de um novo tempo para o homem, pois o realismo da guerra e a realidade dos fatos e suas nos campos de batalha, na diplomacia e na antropologia social falaram mais alto.

REFLEXOS DA GUERRA

ÁREA MILITAR

Desde o medievo até a Grande Guerra, os conflitos armados eram limitados, as comunidades civis eram preservadas, a honra era um dos princípios básicos observados pelos beligerantes, pois a oficialidade pertencia à nobreza e à aristocracia. Mesmo as guerras napoleônicas que aconteceram na Europa, nas quais 17 Estados estiveram envolvidos e ocorreram 332 batalhas, elas foram limitadas, apesar de os soldados franceses serem acusados de saqueadores, de destruírem vilas, de cometerem estupros e de terem matado civis (ibidem: 296).

A Grande Guerra modificou o modo de se fazer guerra. Ela foi praticada em grande escala e os Estados envolvidos passaram a empregar todos os esforços tecnológicos, econômicos e políticos para a sua condução. A guerra passou a ser ilimitada, as comunidades civis foram atingidas e o número de óbitos entre civis aumentou em relação às guerras passadas. O resultado da Grande Guerra foi catastrófico para a Europa nos campos político, econômico e social.

Em termos de mobilização para a guerra, a Rússia convocou 14 milhões de homens, a Alemanha 11 milhões, a França 8,5 milhões e o Império Britânico 9,5 milhões, dos quais seis milhões foram convocados na Grã-Bretanha. No final da guerra, o número de mortos alcançou a cifra de mais de 10 milhões e o número de feridos foi mais de 30 milhões, entre civis e militares (idem).

Para uma simples comparação, durante a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), na batalha de Sedan houve 26 mil mortos e feridos, sendo nove mil alemães e 17 mil franceses; e durante a campanha de Somme, na Grande Guerra, o número de mortos e feridos foi de 1,250 milhão. Os países que participaram da guerra despenderam cerca de 200 bilhões de dólares e perderam uma parcela significativa da população economicamente ativa. A guerra mostrou sua nova face (idem).

A Grande Guerra trouxe em seu bojo uma revolução nos assuntos militares (RAM) (ver Metz e Kievit, 1995) e que causaram grandes modificações nas áreas da estratégia e da tática. Houve uma quebra de paradigma na condução da guerra devido às inovações no armamento e nos materiais empregados, que exigiram mudanças nos planos de guerra previamente estabelecidos e no desenvolvimento de novas estratégias e táticas, nunca antes empregadas.

Em relação à guerra terrestre, foram desenvolvidos e empregados dois armamentos que alteram esse tipo de guerra. Foram eles, a metralhadora e o tanque de guerra. A metralhadora, sendo empregada por um só homem e com grande capacidade na cadência de fogo, passou a ser usada tanto ofensiva como defensivamente e causou inúmeras baixas entre os beligerantes. O tanque de guerra, já com simples blindagem foi utilizado em pequena escala em confrontos iniciais, devido à estratégia empregada pelos beligerantes, pois na segunda fase da guerra, esta passou a ser de posição; como consequência dessa inovação, a cavalaria perderia sua função estratégica e tática na condução da guerra. Todavia, após a guerra, o tanque passou a ser aprimorado tecnologicamente e tornou-se uma das armas fundamentais para a Blitzkrieg⁴, estratégia aprimorada pelos alemães para a Segunda Guerra Mundial. O tanque de guerra continuou sendo aperfeiçoado devido ao surgimento de novas tecnologias e materiais, e nas últimas guerras, como por exemplo, nas duas recentes Guerras do Golfo, foi empregado em larga escala.

A guerra marítima também sofreu profundas modificações com o emprego do submarino em larga escala. O submarino já havia sido

⁴ Estratégia da “guerra relâmpago”.

empregado na guerra civil norte-americana, porém era um engenho primitivo. O desenvolvimento tecnológico para a construção de baterias elétricas e para novos motores de combustão propiciou o aprimoramento do submarino como uma eficaz e eficiente arma militar para emprego na guerra marítima. A partir de então, incrementou-se a guerra submarina e conseqüentemente a guerra antissubmarina, pois com o emprego dessa nova arma, novas estratégias e táticas tiveram que ser desenvolvidas para combatê-la. A principal causa da declaração de guerra dos EUA contra as potências centrais da Europa foi a guerra submarina sem limites, praticada pelos alemães. A partir da Grande Guerra, o submarino foi aperfeiçoado com novas tecnologias para sua propulsão, chegando, nos dias atuais, à propulsão nuclear. Além do mais, novos armamentos foram desenvolvidos e empregados para aumentar o poder bélico dos submarinos (mísseis, torpedos auto dirigidos, ogivas nucleares, minas). O submarino, convencional, é empregado pelas principais Marinhas, sendo que os nucleares são empregados pelos Estados mais desenvolvidos em tecnologia nuclear. O emprego dos submarinos pode ser estratégico ou tático.

Outra inovação na arte da guerra foi o emprego do avião, como uma nova arma de guerra, tanto para obter informações sobre a localização do inimigo, como na defesa e no ataque. Assim surgiu a guerra aérea, que também exigiu o desenvolvimento de novas estratégias e táticas. Durante a Grande Guerra a nova arma foi rapidamente aperfeiçoada; e novas tecnologias empregadas para aumentar seu caráter ofensivo e defensivo. Com o final da guerra surgiram as Forças Aéreas nos países mais desenvolvidos; a partir de então, o emprego de aviões nas guerras é um elemento vital. Na Segunda Guerra a Alemanha os empregou largamente na estratégia da Blitzkrieg e EUA, Grã-Bretanha e Japão desenvolveram navios aeródromos, ou porta-aviões, para a guerra marítima, dando início à chamada guerra aeronaval. O ataque a Pearl Harbor pelos japoneses, em dezembro de 1942, ocorreu graças à aviação japonesa embarcada; assim como o vetor de lançamento de bombas nucleares sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945, foi o avião. Atualmente na condução da guerra o emprego da aviação é vital tanto no planejamento estratégico ou tático, principalmente pela sua alta mobilidade e ressalta-se que pelo desenvolvimento da robótica na guerra, entramos na era dos drones.⁵

Durante a Primeira Guerra, os rádios receptor-transmissores sem fio passaram a ser empregados, dando início à guerra eletrônica. Por meio dessa

⁵ Os drones são aviões não tripulados, guiados a laser, alcançam altitudes que podem chegar a 18.000 metros – quase o dobro da usada pelas aeronaves comerciais –, e identificam veículos e pessoas no chão em questão de segundos, podendo lançar mísseis com precisão milimétrica.

inovação, as comunicações na guerra entraram em uma nova era e o soldado mensageiro deixou de ser utilizado. Esse novo equipamento proporcionou, também, as operações combinadas, em que a troca de informações deve ser rápida, segura e eficiente. Foi na campanha de Dardanelos, na Turquia (1915-1916), que os aliados empregaram, em conjunto, as operações terrestre, naval, incluindo o submarino, e aérea. A partir deste tipo de operações combinadas, novas estratégias e táticas foram desenvolvidas para as guerras posteriores. O desembarque, pelos aliados, na Normandia (1944) e pelos norte-americanos nas campanhas da guerra do Pacífico (1943-1945), tiveram como base os ensinamentos da campanha de Dardanelos.

Apesar dessa RAM, as inovações não foram amplamente empregadas durante a Grande Guerra, salvo o submarino. Elas foram utilizadas apenas em determinadas campanhas; o motivo desse emprego parcimonioso das novas inovações deveu-se ao fato de a estratégia e a tática utilizadas pelos condutores da guerra estarem alicerçadas nos ensinamentos das guerras do século XIX. Eles não reconheceram de imediato, as potencialidades dos novos armamentos introduzidos durante a guerra, nem a necessidade de mudanças rápidas na área da estratégia e da tática. Com os preceitos do novo tipo de guerra, as academias militares de muitos países modificaram profundamente o modo de conduzir os ensinamentos dos altos estudos militares.

ÁREA POLÍTICA

A Grande Guerra trouxe mudanças consideráveis na área da política interna dos Estados beligerantes e, também, na configuração do campo das relações internacionais.

Em relação à política interna, no final da guerra, com o desdobramento dos impérios Austro-Húngaro, Alemão e Otomano, surgiram novos Estados-nação que alteraram seus regimes de governo. Com o fim do Império Austro-Húngaro, vários Estados nacionais surgiram em seu território e tornaram-se repúblicas, com o regime democrático. Com o esfacelamento do Império Otomano, Estados nacionais foram formados, e, principalmente no Oriente Próximo, tornaram-se regimes monárquicos e várias nações tornaram-se protetorados, sendo administrados pela Grã-Bretanha e pela França. O império Russo encontrou seu fim com a Revolução Bolchevique de novembro de 1917, o novo Estado formado implantou o regime de governo comunista. O final da guerra trouxe o fim do império alemão. A Alemanha tornou-se a República de Weimar, e adotou o regime democrático, mas o novo regime não conseguiu frear os conflitos políticos internos. Verifica-se,

ainda, que o final do conflito armado fortaleceu a ideologia nacionalista nascida no final do século XVIII.

Até o início da Grande Guerra o poder político nos Estados europeus ocidentais estava centralizado na aristocracia e na alta burguesia, apesar dos movimentos da classe operária que aconteceram, a partir da segunda metade do século XIX, por meio das organizações socialistas, sindicatos e dos partidos políticos da social-democracia. Com o final da guerra, o poder político começou a ser transferido para a classe operária e a baixa burguesia, por meio do regime democrático representativo. Na Grã-Bretanha, na Alemanha e na França logo após o final da guerra, por meio de eleições ocorreram mudanças significativas, que alteraram o quadro do poder político. Esse movimento em busca de uma maior parcela do poder político, por meio do regime democrático, foi o início da escalada mundial para a luta em favor da igualdade de direitos na esfera política.

Em relação à área das relações internacionais, houve um novo mapeamento do Globo com o surgimento de novos Estados nacionais e surgiram novas áreas de influência de poder. O equilíbrio do poder na Europa, após a guerra, foi esfacelado. Os EUA passaram a ter a primazia do poder militar, econômico e político, frente aos demais Estados e, apesar de sua política isolacionista, começaram a exercer forte influência por meio das esferas do poder nos Estados sob sua nova esfera de influência. O Japão, em termos relativos, tornou-se o Estado com mais poder em relação aos seus vizinhos e iniciou uma escalada militar para a busca do crescimento territorial de seu império. No Oriente Próximo houve uma nova configuração geopolítica e passou a sofrer uma forte influência da França e da Grã-Bretanha. A Turquia surgiu como um Estado soberano, sob a liderança de Mustafá Kemal Atatürk, de ideologia nacionalista. O movimento sionista, iniciado na Europa na década de 1880, ficou fortalecido politicamente pelo compromisso da Grã-Bretanha, efetuado em novembro de 1917, pelo ministro das relações exteriores Arthur Balfour, na criação de um Estado na Palestina para o povo judeu, fato que finalmente ocorreu em maio de 1948. O mapa mundi político fora mudado radicalmente.

O Tratado de Versailles, assinado entre os aliados com a Alemanha, em 28 de junho de 1919, condenava a Alemanha e seus parceiros, responsabilizando-os pelo início da guerra. A Alemanha foi condenada moralmente, pois o Tratado a obrigava ao desarmamento unilateral. Os termos econômicos do Tratado, entre outros, obrigavam que ressarcisse os Estados envolvidos pelos danos causados pela guerra e a renúncia à sua marinha mercante, fundamental para seu comércio exterior. O Tratado de Versailles, dentro da nova conjuntura mundial, buscava restabelecer o status quo, em termos de balança do poder, anterior guerra. Todavia, com a nova

organização mundial do pós-guerra, o equilíbrio do poder deixou de existir. Os EUA assumiram a liderança e tinham como discurso a autodeterminação de alguns povos europeus e o regime democrático, pois segundo a liderança governamental norte-americana, a democracia evitaria novas guerras, porém, deixaram de levar em consideração a situação da política interna dos Estados, a desordem mundial e a antropologia social de seus povos.

Os princípios do Tratado de Versailles foram um dos causadores da Segunda Guerra Mundial, pois combalou o Estado alemão moral e economicamente, facilitando assim o aparecimento do III Reich na Alemanha.

A Liga das Nações surgiu dos tratados de paz do pós-guerra. O seu propósito era o de fomentar uma política internacional, não mais fundamentada no equilíbrio de poder. Essa política seria antimilitarista e proporcionaria a segurança coletiva para os Estados que aderissem à Liga, e, ainda, fortaleceria o regime democrático com o sistema econômico capitalista. Seus fundamentos estavam baseados no pensamento do presidente norte-americano Woodrow Wilson (1913-1921). A Liga das Nações falhou em seu propósito, principalmente pela não adesão do EUA, pela sua fraqueza política em coibir a corrida armamentista iniciada pela Alemanha e pelo Japão, pelo interesse da Grã-Bretanha e França em retornar ao status quo de antes da guerra e em manter o equilíbrio de poder na Europa, e não ter dado fim aos grandes impérios coloniais, fato que ocorrerá após a Segunda Guerra Mundial.

ÁREA ECONÔMICA

Durante a maior parte do século XIX, os Estados europeus mais avançados praticaram a política econômica liberal, foi a era do *laissez-faire*. Um dos seus maiores defensores foi Benjamin Constant (1767-1830). O mercado ditava as regras e um dos pressupostos do liberalismo político-econômico rezava que esse regime, quando implementado, evitaria a guerra por meio da interdependência econômica. A Grã-Bretanha, como o Estado que detinha a supremacia industrial e comercial mundiais, ditava as regras econômicas para o comércio internacional. O Estado britânico, além disso, era o grande beneficiário do comércio de matérias-primas, pois era detentor de um vasto império baseado no sistema colonial.

Quando da unificação da Alemanha, em 1871, o Estado recém-formado tinha sua economia fundamentada na agricultura. O novo Estado iniciou a implementação de uma política econômica direcionada à produção de bens de capital. Foi uma política dirigida para o desenvolvimento industrial, alicerçada na educação e nas inovações tecnológicas introduzidas pela

segunda Revolução Industrial. A Alemanha adentrou, assim, no sistema capitalista tardio, sistema baseado na intervenção econômica do Estado. O resultado foi grandioso, tanto que em um espaço de 30 anos a Alemanha tornou-se o país mais industrializado da Europa e conseguiu uma fatia expressiva do mercado internacional.

A partir de 1870, devido, também, a uma crise no sistema econômico internacional, os Estados passaram a exercer uma política econômica protecionista, com a introdução de barreiras aduaneiras, e colocaram em prática uma política exterior imperialista, pois para minimizar a crise no capitalismo tornou-se necessário a busca de novos mercados. Mestre Polanyi, assim definiu essa época:

Desde a década de 1870, porém, observou-se uma mudança emocional, embora não houvesse uma ruptura correspondente nas idéias dominantes. O mundo continuava a acreditar no internacionalismo e na interdependência, enquanto agia sob os impulsos do nacionalismo e da auto-suficiência. O nacionalismo liberal se transformava num liberalismo nacional, com seus mercados e apoiando-se no protecionismo e no imperialismo na área externa e no conservadorismo monopolista na área interna. (Polanyi, 2000: 234-235)

Durante a Grande Guerra os Estados beligerantes direcionaram a economia, incluindo os meios industriais e os comerciais para o esforço de guerra. Após a guerra, a Grã-Bretanha envidou todos os esforços para o sistema econômico internacional voltar ao status quo da segunda metade do século XIX. Ledo engano, pois o antigo sistema estava liquidado com a nova ordem internacional. Além disso, os Estados beligerantes tiveram que direcionar a economia para a reconstrução de seus territórios, foram obrigados a intervir na economia. Nos EUA, o livre mercado, principalmente o mercado de capitais, funcionou até 1929, quando do crash da Bolsa de Nova York. A partir de então, os governos dos EUA, também, passaram a intervir no sistema econômico, para alcançar os objetivos políticos interno e externo.

Com a Revolução Bolchevique na Rússia, em 1917, o novo Estado soviético implementou o sistema econômico comunista, a economia estatal. O Estado tornou-se o único responsável e o dirigente das várias áreas da produção econômica. A economia privada deixou de existir. A partir da implantação do regime comunista na Rússia, os dois sistemas, capitalista e comunista, viveram em conflito político-ideológico até a débâcle da URSS, em 1991, quando o liberalismo econômico, principalmente na área do comércio internacional, voltou a imperar. Entretanto, deve-se levar em consideração que o liberalismo econômico não evitou a deflagração da

Grande Guerra. Polanyi, assim definiu o liberalismo econômico:

A economia liberal encaminhou nossos ideais numa falsa direção, embora parecesse próxima a atingir expectativas intrinsecamente utópicas. Não existe uma sociedade sem o poder e a compulsão, nem um mundo em que a força não tenha qualquer função. Era uma ilusão admitir uma sociedade que fosse modelada apenas pelo desejo e vontade do homem. (Polanyi, 2000: 298)

Os governos totalitários da Alemanha e da Itália, durante suas vigências, implementaram políticas econômicas completamente dirigidas pelo Estado. Deveria assim ser, para preparar o Estado nacional para a Segunda Guerra Mundial.

A Grande Guerra modificou a estrutura do Estado nacional. As estratégias para a segurança nacional foram modificadas a partir dos exemplos aprendidos com a guerra. O Estado, para efetivar sua política de segurança, teve, a partir de então, que fazer intervenções, mesmo que em pequena escala, no sistema econômico nacional, para priorizar o seu poder. O Estado passou a ter primazia na direção da economia para objetivos políticos e militares.

Dessa forma, verifica-se que a Grande Guerra modificou o papel do Estado em relação à economia quer nos sistemas democráticos, quer nos não democráticos. O Estado ficou mais atuante e perseverante no exercício de seu poder em direcionar a economia, mesmo no sistema capitalista, com o objetivo de aumentar o seu poder perante aos demais Estados.

ÁREA DAS IDEOLOGIAS

A ideologia do nacionalismo nascida com o idealismo alemão e fortalecida com a Revolução Francesa fez-se presente nos Estados europeus. As Guerras Napoleônicas propagaram o movimento nacionalista que, paulatinamente, foi ganhando força no continente europeu. Esse movimento nacionalista foi o principal fator para os movimentos da unificação dos povos germânicos em um Estado, fato que ocorreu em 1871; e do Risorgimento Italiano, que culminou com a unificação da Itália, em 1870. A ação do nacionalismo alcançou várias áreas do Globo. O movimento pela independência nas colônias da América Latina teve sua origem nessa ideologia.

A ideologia liberal vigorou durante o maior período do século XIX. Foi a base de sustentação do desenvolvimento do sistema capitalista baseado na primeira Revolução Industrial. A partir do último quartel daquele século, o

nacionalismo ganhou novas forças nos Estados nacionais, sendo que uma das causas foi a crise do capitalismo.

A ideologia do socialismo teve origem na primeira metade do século XIX e ganhou ímpeto com as obras de Marx e Engels e pela luta do proletariado de Paris (1848). A base dessa ideologia era a busca da obtenção da supremacia política pelas mãos da classe operária. Quando o movimento socialista estivesse vigorando em todos os Estados, estaria decretado o fim destes, pois o capitalismo, que necessita de seu suporte, deixaria de existir. Essa ideologia deu origem ao movimento sindical e político das classes operárias e aos partidos políticos da social-democracia, já na segunda metade desse mesmo século.

Essas ideologias do final do século XIX e do início do século XX não evitaram a deflagração da Grande Guerra. O movimento da Internacional Socialista que pregava a unificação, a solidariedade da classe operária mundial, independente do Estado a que pertencia, e o engajamento contra a guerra capitalista, em vias de acontecer, falhou em seus objetivos. Quando da proximidade do início da guerra, ficou visível que a ideologia socialista havia falhado, pois o sentimento nacionalista falou mais alto à classe operária, como bem explicou Waltz (2004:169): “O comportamento dos trabalhadores na Primeira Guerra Mundial demonstrou que não havia um proletariado internacional, mas apenas partidos socialistas nacionais cujas ações seriam determinadas por suas próprias definições de seus interesses particulares.” Quando da mobilização para a guerra, verificou-se um grande número de voluntários, entre eles a classe operária, para nela participarem. A “honra nacional falava” mais alto.

Após a guerra, duas ideologias iriam dominar – a democracia com economia capitalista, que segundo seus defensores, entre os quais o presidente Woodrow Wilson, evitaria guerras futuras, seria uma condição para a paz entre os Estados nacionais. A segunda era a ideologia comunista que fora implantada no Império Russo. Os novos líderes russos procuraram disseminar essa ideologia por meio da revolução comunista, a ser feita pela classe operária. Esta, por meio das lideranças dos partidos comunistas, deveria proporcionar o caminho para a revolta armada e depois implementar o comunismo.

Na década de 1930, as ideologias nazista e fascista, com forte influência na ideologia do nacionalismo, imperaram na Alemanha e na Itália, respectivamente. O cerne dessas ideologias estava no modelo do Estado totalitário, sem liberdade aos cidadãos. Visavam o aumento do poder do Estado nacional, para em seguida dominar os Estados mais fracos, por meio de ações militares. Foi a principal causa do início da Segunda Guerra

Mundial. Essas ideologias tiveram seu fim com o término da guerra, em 1945.

Após 1945 as antigas ideologias voltaram à primazia, atuando em duas áreas distintas, uma sob a hegemonia norte-americana, com o regime capitalista, e outra sob a hegemonia da URSS, com regime comunista. Ressalta-se que, durante a Segunda Guerra Mundial, os dois sistemas uniram esforços para derrotarem os regimes nazista e fascista. A Doutrina Truman (1947), formulada pelo presidente norte-americano Harry S. Truman (1945-1953), conteve o avanço soviético sobre o Ocidente. Foi o começo da Guerra Fria. Essas ideologias, reforçadas com a Guerra Fria, perdurou até o colapso da URSS, em 1991. A ideologia do regime democrático com a economia capitalista e a nova divisão do trabalho, sob a hegemonia norte-americana, foi a grande “vitoriosa”. Assim, adentra-se em uma nova (des) ordem mundial.

ÁREA SOCIAL

A Grande Guerra foi o primeiro evento coletivo da modernidade, suas consequências atingiram a sociedade mundial. Verificam-se os efeitos e as transformações havidas até nos mais longínquos rincões da Terra. Primeiramente, os efeitos atingiram os países envolvidos diretamente com a guerra e, depois, foram disseminados para os países periféricos. Foi o início da dispersão das classes sociais.

Um dos primeiros resultados foi a obtenção de uma parcela do poder político pelas massas. Essa transferência de poder foi paulatinamente alternando as estruturas do poder político e econômico do Estado pelas reformas sociais.

Outra consequência foi na área da educação. A educação passou a ser direito dos cidadãos e o Estado passou a ser o provedor da educação. Com isso, os menos afortunados obtiveram o direito de estudar e no prazo de duas gerações o status quo foi alterado. Observa-se, por outro lado, que a mudança no modelo de educação praticada foi necessária, haja vista o salto no desenvolvimento tecnológico e material que ocorrera durante o período da guerra (manuais de operação dos novos equipamentos militares deveriam ser entendidos para sua eficácia). A educação tornou-se um instrumento para promover a competição entre os Estados, em busca de poder. Aos poucos, esse princípio começou a ser difundido entre outros países. Foi o início dos direitos sociais do povo.

Outra importante mudança ocorrida foi em relação à nova posição da mulher perante a sociedade. Durante a guerra, muitos homens na atividade economicamente ativa pereceram ou ficaram inválidos. A mulher teve que

ocupar as posições vagas, principalmente nas atividades industriais e dos serviços sociais; houve, também, um aumento significativo de mulheres que permaneceram solteiras. Foi o princípio da emancipação da mulher, que para viver na sociedade, não precisava mais da “proteção” do homem.

Foi durante a guerra que os Estados beligerantes modernizaram e desenvolveram novos sistemas de informações e propaganda para as massas. Praticaram a censura sobre os verdadeiros fatos políticos em relação à guerra e os resultados das campanhas de guerra. A partir do término da guerra, os governos passaram a utilizar a informação, para obter dados sobre vários aspectos, por exemplo, a orientação ideológica, da sociedade e das pessoas. A propaganda quer para atingir o propósito das políticas governamentais, quer para a sociedade de consumo, não mais deixou de existir e influenciar nas opções da sociedade. A censura formulada para a população ganhou novas roupagens e passou a ser um organismo político do Estado.

A guerra, também, atingiu primeiramente as mentes do homem europeu em relação aos sentimentos e psique humanos. Até 1914, a guerra, para a Europa, conhecida como a mãe da civilização moderna, tinha sido um problema militar e somente dizia respeito aos soldados; além do mais, as comunidades civis esporadicamente eram atingidas. As guerras nas colônias, pertencentes dos Estados europeus, eram justificadas pela necessidade de a Europa civilizada difundir seus valores políticos, econômicos, morais e religiosos para as sociedades “não civilizadas”. Era, também, justificada pelo uso político da teoria da “Origem das Espécies” (1859) de Charles Darwin (1809-1882). A Grande Guerra modificou totalmente o pensamento do homem europeu sobre a guerra, pois ela atingiu a comunidade civil por meio da morte e da destruição generalizadas; sua violência e barbárie tinham chegado à porta dos “civilizados” na sua forma mais cruel. Assim sendo, as áreas da psicanálise, filosofia, artes e literatura foram alcançadas para explicar a dor e a morte causadas pela guerra e que atingiram enorme contingente da população europeia. Freud em “Reflexões para os tempos de guerra e morte” (1915), assim se expressou sobre o comportamento do Estado e dos combatentes: *“Duas coisas nessa guerra despertaram nosso sentimento de desilusão: a baixa moralidade revelada externamente por Estados que, em suas relações internas, se intitulam guardiões dos padrões morais e a brutalidade demonstrada por indivíduos que, enquanto participantes da mais alta civilização humana, não julgaríamos capazes de tal comportamento.”* (Freud, 1996: 290). A partir dessa constatação, Freud tentou explicar, por meio de sua teoria psicanalítica, o comportamento do homem na Grande Guerra. Todavia, Freud não foi o único pensador a fazer a constatação sobre o comportamento cruel do homem, quando em certas circunstâncias da vida. Montaigne já

havia chegado a uma conclusão semelhante: *“Vivo em uma época em que, por causa de nossas guerras civis, abundam os exemplos de incrível crueldade. Não vejo na história antiga nada pior do que os fatos dessa natureza, que se verificam diariamente e os quais não me acostumo.”* (Montaigne, 1972: 207).

A filosofia do pós-guerra ficou marcada pelo cinismo e desencanto do homem pelo homem. Foi o conhecimento sobre a destruição do homem pelo homem na realidade europeia. A guerra e sua destruição tinham se avizinado para sempre à sociedade. Foi o conhecimento imediato da barbárie que exerceu essa influência na mente do homem.

A literatura do pós-guerra, em vários países, retratou a forte influência do período de guerra. Vários autores foram influenciados – James Joyce, na Irlanda, com *“Ulysses”* (1922), Thomas Mann, na Alemanha, com *“a Montanha Mágica”* (1924), Ernest Hemingway, nos EUA, com *“Adeus às Armas”* (1929), Eugene O’Neil, com *“Strange Interlude”* (1927).

A pintura, também influenciada, retratou em suas telas a dor, a miserabilidade humana, o terror e o medo advindos da guerra. Os quadros mais expressivos da época, entre outros, são de George Grosz, *“Explosion”* (1917); de L. Morreau, *“Après la Victoire”*; e de Paul Nash, *“We are making a New World”* (1918).

Nas grandes e nas pequenas cidades foram erguidos monumentos para que os mortos da guerra fossem homenageados e pranteados, pois os combatentes vieram de todos os lugares. Esses monumentos expressam, ao mesmo tempo, a gratidão e a dor do povo que foi atingido pelo terror e pela tragédia da guerra jamais vivenciada.

Verifica-se, portanto, que a Grande Guerra deixou profundas sequelas na mente do homem e na sociedade. Mesmo nos tempos modernos e civilizados o homem é capaz de cometer o terror e a barbárie, pois ele tinha deixado de acreditar nesse potencial humano. Nunca estaremos livres da essência do ser, dito humano. Por outro lado, o homem deve entender que a guerra faz parte da história da civilização, como bem expressou Bobbitt: *“A guerra é um produto, tanto quanto uma formadora, da cultura. Os animais não travam guerras, embora briguem. Não menos que o mercado e aos tribunais, aos quais está intimamente ligada, a guerra é um ato criativo do homem civilizado, com importantes conseqüências para o restante da cultura humana – inclusive os festivais da paz”*. (Bobbitt, 2003: prólogo).

CONCLUSÃO

A Grande Guerra alterou o *modus faciendi* da guerra. A partir de então, na maioria das vezes, deixou de ser praticada entre dois Estados, passando

a ser realizada por coalizões de Estados. Atualmente, a guerra continua a atingir todos os rincões da Terra e quase sempre regida pela assimetria das forças e da tecnologia empregadas.

Os efeitos e reflexos da Grande Guerra são ainda percebidos na atualidade, pois a tecnologia que foi empregada na busca de novos equipamentos e materiais para os combates foi sendo cada vez mais aplicada para os seus aprimoramentos e no desenvolvimento de novos armamentos. Os Estados que buscaram aquelas tecnologias ficaram em um novo patamar de poder nas Relações Internacionais; e, conseguiram um acurado poder militar que os diferenciam em relação aos que não têm aquelas tecnologias; em outras palavras, são os *have* e os *have not* (os que têm e os que não têm).

Devido ao grande número de baixas no corpo militar e também entre os civis, principalmente por sua difusão pelas mídias; os governos dos Estados buscaram mecanismos políticos para evitar ou diminuir os efeitos da guerra. Para isto, foram criados organismos internacionais como a extinta Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas, além de aprimorar o Direito na Guerra e o Direito à Guerra.

Foram também criados mecanismos políticos para o não emprego de armamentos altamente letais nos combates, como as armas biológicas e químicas. Entretanto ressalta-se que depois que um armamento foi descoberto, ele jamais deixará de ser empregado. Será utilizado em novos cenários de conflito armado quando da percepção das ameaças sentidas pela área político-militar dos Estados ou grupos políticos quando em guerra. Não deixa de ser uma questão de segurança e de sobrevivência.

Apesar de vários estudos e análises sobre a Grande Guerra, resta um sentimento de que muito ainda há que se aprender com aquele conflito, e o aprendizado será encontrado em todas as áreas do conhecimento humano, pois elas foram alcançadas sobremaneira por aquele conflito armado.

REFERÊNCIAS:

BOBBITT, Philip. A Guerra e a Paz na História Moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003. 883 p.

FREUD, Sigmund. Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: _____. A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 283-311, v. XIV.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. 366 p.

METZ, Steven; KIEVIT, James. Strategy and revolution in military affairs: from

theory to policy. Jun. 1995. Disponível em: <www.au.af.mil/au/awc/awcgate/ssi/stratma.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

MONTAIGNE, Michel de. Sobre a crueldade. In: _____. Os ensaios: uma seleção. São Paulo: Abril Cultural, 1972. cap. XI, p. 202-208.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics among nations: the struggle for power and peace*. 4. ed. Nova York: Alfred A. Knopf, Inc., 1967. 615 p.

SCHMITT, Bernadotte E.; VEDELER, Harold C. *The rise of modern Europe: the world in the crucible (1914- 1919)*. Nova York: Harper Torchbooks, 1988. 553 p.

SINGER, Peter W. *The Robotics Revolution*. Brookings, Washington, DC, Dec. 2012. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/research/opinions/2012/12/11-robotics-military-singer>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000. 349 p.

WALTZ, Kenneth N. *O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 331 p.

Recebido em: 10/11/2012

Aceito em: 21/01/2013

O MAPA DO FUTURO GLOBAL E AS POTÊNCIAS MÉDIAS EMERGENTES

Verônica Moreira dos Santos Pires*

RESUMO

O Mapa do Futuro Global, publicado em 2005 pelo Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos, prevê que China, Índia e outras potências emergentes como o Brasil podem inaugurar um novo conjunto de alinhamentos internacionais, marcando potencialmente uma ruptura definitiva com os modelos e práticas institucionais do pós-Segunda Guerra Mundial. Registra que a combinação de alto crescimento econômico, expansão das capacidades militares, promoção ativa de altas tecnologias e grandes populações vai estar na raiz do aumento do poder econômico e político tanto na China quanto na Índia. E acrescenta outras alterações suscetíveis de moldar a nova paisagem geopolítica. De acordo com o documento em tela, China e Índia, diante da necessidade de garantir acesso a fontes de energia, deverão impulsionar outras potências emergentes, como o Brasil, transformando-os em verdadeiros poderes regionais. Diante do exposto, o presente estudo buscou registrar o movimento da potência hegemônica no sentido de manter seu *staus quo*, através da análise de incertezas-chave presentes no Mapa do Futuro Global com ênfase na sua qualidade argumentativa. Para tanto serão utilizadas as três teses elaboradas por Albert O. Hirschman e a contribuição de Carl Sagan sobre argumentação.

Palavras-chave: Estados Unidos, cenário, retórica.

ABSTRACT

The Mapping the Global Future, published in 2005 by the National Intelligence Council of the United States, predicts that

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGHC/UFRJ, professora de História da América e de Teoria e Metodologia da Universidade Veiga de Almeida no Rio de Janeiro - UVA/RJ, contuadista de História da Fundação Cecierj e pesquisadora junto ao Laboratório de Simulações e Cenários da Escola de Guerra Naval - LSC/EGN. E-mail: veronica.pires@ig.com.br
Endereço postal: Rua Santa Amélia, 88 - Bloco B - Ap. 806. Praça da Bandeira. Rio de Janeiro/RJ. CEP. 20.260-030.

China, India and other emerging powers like Brazil may usher in a new set of international alignments, potentially marking a definitive disruption with the models and institutional practices of the post-World War II. Join the combination of high economic growth, expanding military capabilities, active promotion of high technologies and large populations will be at the root of increased economic and political power in both China and India. It adds that other changes can also shape the new geopolitical landscape. According to the document on screen, China and India, given the need to ensure access to energy sources, should propel other emerging powers such as Brazil, transforming them into true regional powers. Given the above, the present study sought to record the motion of the hegemonic power in order to maintain its status quo, through the analysis of key uncertainties present in Mapping the Global Future with emphasis on its argumentative quality. For both, it will be used the three theses prepared by Albert O. Hirschman and the contribution of Carl Sagan on argumentation.

Keywords: United States, scenario, rhetoric.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Mapa do Futuro Global, publicado em janeiro de 2005 pelo Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos-NIC, prevê que China, Índia e outras potências emergentes como o Brasil podem inaugurar um novo conjunto de alinhamentos internacionais, marcando potencialmente uma ruptura definitiva com os modelos e práticas institucionais do pós-Segunda Guerra Mundial.¹ No entanto, atenta para o fato de que a relação de China e Índia com as demais potências no sistema internacional aparece como uma incerteza chave.

Registra que a combinação de alto crescimento econômico sustentado, expansão das capacidades militares, promoção ativa de altas tecnologias

¹ NIC. Mapping the Global Future. Report of the National Intelligence Council's 2020 Project. National Intelligence Council. Disponível em: <http://www.foia.cia.gov/2020/2020.pdf>.

O National Intelligence Council - NIC, ou Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos, é o centro de inteligência norte-americano para o pensamento estratégico de médio e longo prazos. Dentre suas principais funções destaca-se o apoio ao Diretor de Inteligência Nacional (DNI), ou seja, ao chefe da Comunidade de Inteligência (CI) e principal assessor do Presidente em assuntos de inteligência relacionados à segurança nacional. Para tanto, formula o curso provável dos acontecimentos futuros e tem como objetivo, de acordo com seu site oficial, fornecer aos formuladores de políticas informações imparciais, independentemente de juízos analíticos, em conformidade com a política dos Estados Unidos. Informações disponíveis em: http://www.dni.gov/nic/NIC_about.html.

e grandes populações vai estar na raiz do aumento do poder econômico e político tanto na China quanto na Índia.

Acrescenta outras alterações suscetíveis de moldar a nova paisagem geopolítica. A crescente demanda por energia seria responsável pela condução de muitas dessas prováveis mudanças. De acordo com o documento em tela, China e Índia, diante da necessidade de garantir acesso a fontes de energia, deverão impulsionar outras potências emergentes, como o Brasil, transformando-os em verdadeiros poderes regionais.

Apesar da tendência ao uso mais eficiente da energia, o total mundial consumido, previsto pelo documento, provavelmente aumentará em cerca de 50% entre 2000 e 2020, com uma parcela crescente fornecida pelo petróleo. E, ao mesmo tempo em que se acirram novas rivalidades em torno de algumas regiões, como o Mar Cáspio, fornecedores tradicionais no Oriente Médio estão cada vez mais instáveis. Assim, uma competição mais acirrada baseada na procura desses recursos, considerando a possibilidade de ruptura de fornecimento, está entre as principais incertezas apontadas pelo referido Mapa do Futuro Global, de 2004.

Note-se o aumento das preocupações de vários países em torno do que vem se convencendo chamar de segurança energética, cujo foco é a garantia de fornecimento de recursos energéticos aos países dependentes da importação dos mesmos, notadamente os países europeus, os Estados Unidos e as locomotivas econômicas China e Índia. A título de ilustração, a edição de 2010 do Panorama Energético Mundial, anualmente publicado pela Agência Internacional de Energia-IEA, inclui pela primeira vez um cenário que antecipa as futuras ações dos governos frente à crescente insegurança em matéria de energia²

Segundo José Luís Fiori, diante da já conhecida insegurança da Europa, dos Estados Unidos, da China e da Índia com relação às garantias de fornecimento de recursos energéticos, estima-se que os mesmos não pouparão esforços para garantir o acesso contínuo a fornecedores externos. Nesse sentido, a necessidade de energia se apresenta como um fator importante na concepção de suas políticas externa e de defesa, incluindo expansão do poder naval.³

Em que pese a necessidade, ao menos nas democracias, de introduzir algum sabor ético, humanitário ou de clara razão de segurança a qualquer

² IEA. World Energy Outlook 2010. International Energy Agency. Disponível em: <http://www.worldenergyoutlook.org/media/weo2010.pdf>.

³ FIORI, José Luís. A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul. Jul. 2010. Unicap. Disponível em: <http://www.unicap.br/real/artigos/ProfFiori.pdf>.

intervenção que se pretenda legítima, vale lembrar que o neocolonialismo experimentado a partir do século XIX encontrou parcela de sua legitimidade no discurso civilizatório e boa parte das intervenções norte-americanas do século XX carregaram o discurso da extensão da democracia aos países considerados ameaça à segurança internacional. Se interesses nacionais estavam por trás desses discursos, como já denunciado pela história, cumpre refletir a respeito dos discursos acerca do tema escassez de recursos como, por exemplo, recursos energéticos, e suas implicações para a área de defesa dos países produtores de petróleo e gás, no século XXI.

Diante do exposto, o que se segue é uma breve análise de parte do conteúdo do Mapa do Futuro Global, publicado em 2004 pelo Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos - NIC, com ênfase em alguns interesses estratégicos do Brasil, fundamentada na tipologia das falácias elaborada por Carl Sagan e nas três teses, construídas por Albert O. Hirschman, acerca do tema retórica reacionária.⁴

UM OLHAR SOBRE O DISCURSO: AS FALÁCIAS DE CARL SAGAN E AS TESES DE ALBERT O. HIRSCHMAN

Antes de introduzir as contribuições de Carl Sagan e de Albert O. Hirschman, cumpre mencionar, ainda que de forma parcial, o relatório intitulado Um Cenário de Mudança Abrupta do Clima e suas Implicações para a Segurança Nacional dos Estados Unidos, elaborado, em 2003, por Peter Schwartz e Doug Randall:

À medida que se reduzem as capacidades de suporte de recursos em níveis globais e locais, as tensões podem crescer em todo o mundo, levando a duas estratégias fundamentais: defensiva e ofensiva. Algumas nações podem construir fortalezas virtuais em torno de seus países, preservando os recursos para si próprias. Outras, menos afortunadas, [...] podem iniciar lutas pelo acesso a alimentos, água limpa ou energia. Alianças improváveis podem ser formadas diante da mudança de prioridades de defesa, caso o objetivo seja a garantia de recursos para sobrevivência, em vez de religião, ideologia ou honra nacional.⁵

⁴ SAGAN, Carl. O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro. São Paulo: Companhia das Letras: 2006. HIRSCHMAN, Albert. O. A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁵ SCHWARTZ, Peter & RANDALL, Doug. An abrupt climate change scenario and its implications for United States national security. Global Business Network. Out. 2003. Disponível em: <http://www.gbn.com/articles/pdfs/Abrupt%20Climate%20Change%20February%202004.pdf>.

Ainda sobre a reflexão em tela, seguem as palavras de John Gray:

A expansão industrial desencadeou uma mudança do clima global que é maior, mais rápida e mais irreversível do que alguém imaginara, enquanto os combustíveis não renováveis que alimentam a indústria estão a tornar-se mais escassos à medida que a sua procura continua a aumentar. Esses factos têm implicações na guerra e na paz [...] Todavia, as implicações militar-estratégicas da crise ecológica raramente são examinadas e o assunto continua a ser tabu.⁶

A história já mostrou o quanto já se fez pelo controle e monopolização das fontes de energia imprescindíveis ao funcionamento econômico do mundo industrializado. E, ainda que vozes críticas afastem a possibilidade de grandes guerras, não há garantia de paz ou tranquilidade para o sistema internacional. O registro de conflitos locais, internacionais ou internos, decorrentes de litígios dos mais variados matizes denuncia a atual instabilidade do sistema.

Nas palavras do Almirante Mário César Flores:

[...] o acesso aos - e o controle sobre os - recursos naturais e o descaso pelo meio ambiente, indutor de efeitos transnacionais, podem produzir tensões de risco, como já produziram no passado. Essas razões para conflitos são, na verdade, uma crescente preocupação mundial: já existem contenciosos relacionados com os hidrocarbonetos e a água doce e começam a emergir sinais de contenciosos relacionados com a questão ambiental/climática, cuja real dimensão ainda depende de mais conhecimento científico.⁷

Em assim sendo, considerando relevantes as contribuições dos autores supracitados, cumpre verificar o vigor e a solidez da argumentação utilizada na construção dos discursos do já mencionado documento publicado em forma de cenários futuros pelo Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos - NIC, em 2004. Considere-se que sob a lógica de Fiori, o predicado competitivo inerente ao sistema inaugurado em Vestfália, em 1648, força toda potência a seguir expandindo seu poder

⁶ GRAY, John. A morte da utopia e o regresso das religiões apocalípticas. Lisboa, Portugal: Guerra e Paz Editores, 2008, p.266.

⁷ FLORES, Mário César. Defesa nacional: parâmetros internacionais e problemas internos. Interesse Nacional, s/d. Disponível em: http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd_artigo=2.

sob o risco de perder sua posição.⁸ Nas palavras de Norbert Elias: “quem não sobe, cai”.⁹ Ademais, um percurso pela história evidencia que, em geral, países hegemônicos se orientaram pelos próprios interesses nacionais, o que trouxe por vezes, não poucas, instabilidade internacional e crises sistêmicas. Nesse sentido, convém observar o movimento norte-americano no sentido de manter sua posição hegemônica no sistema internacional, entendido como uma exigência inerente ao próprio sistema. Para tanto, cabem as valiosas contribuições de Albert O. Hirschman e de Carl Sagan.

O que se segue, para efeito de compreensão da metodologia utilizada, é a verificação de distorções no ato de processar as informações presentes nos cenários futuros do NIC, sobre 2020, e de seus efeitos em termos de percepção do incerto. Vale ressaltar que a abordagem realizada não inviabiliza a noção de causas e consequências.

Para Carl Sagan, a pseudociência difere da ciência errônea.

A ciência prospera com seus erros, eliminando-os um a um. Conclusões falsas são tiradas todo o tempo, mas elas constituem tentativas. As hipóteses são formuladas de modo a poderem ser refutadas. [...] Alguns sentimentos de propriedade individual são certamente ofendidos quando uma hipótese científica não é aprovada, mas essas refutações são reconhecidas como centrais para o empreendimento científico.¹⁰

Já a pseudociência é exatamente o oposto. As hipóteses são formuladas de forma que permaneçam invulneráveis a qualquer experimento ou perspectiva de refutação, ou seja, para que em princípio não possam ser invalidadas.

Nesse sentido, ganha importância a construção e a compreensão do argumento racional e - o que é especialmente importante - de reconhecer um argumento falacioso.¹¹ Todavia, alerta Sagan: “O que é vago e qualitativo é suscetível de muitas explicações. Há certamente verdades a serem buscadas

⁸ FIORI, José Luís. Sobre o poder global. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 73, Nov. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300005&lng=en&nrm=iso.

⁹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p.134.

¹⁰ SAGAN, Carl. Op. cit., p.39.

¹¹ Sobre argumentos falaciosos ou falácias: “Falácias são argumentos defeituosos ou fracos, raciocínios enganosos, também chamados de ‘sofismas’. São formas que cometem erros formais – quando desobedecem algo em relação à lógica – ou informais – quando têm problemas com o tipo de suporte que as premissas dão às conclusões.” NAVEGA, Sergio. *Pensamento crítico e argumentação sólida*. São Paulo: Publicações Intelligente, 2005, p.37.

nas muitas questões qualitativas que somos obrigados a enfrentar, mas encontra-las é mais desafiador.”¹²

Cumpre lembrar que, diante de uma cadeia de argumentos, todos os elos na cadeia devem funcionar - e não apenas a maioria deles. Sob a ótica de Carl Sagan, a análise da construção lógica dos argumentos busca a identificação dos argumentos insidiosos considerados, pelo autor, mais comuns e perigosos. Simultânea à análise com base na contribuição de Carl Sagan, Albert O. Hirschman, ao elaborar suas três teses, também oferece munição para a análise que se propõe.

De acordo com o economista e cientista social alemão Albert O. Hirschman, desde os episódios tratados pela história como Revolução Francesa, as posteriores ameaças à ordem vigente mobilizaram conservadores e reacionários de diferentes matizes que respondem pela elaboração de forte arsenal discursivo para protegê-la.

Recorrendo ao material extraído de discursos parlamentares redigidos no calor da hora e a livros clássicos do pensamento antirrevolucionário e antirreformista, Hirschman apresenta suas três teses - perversidade, futilidade, ameaça - as quais, defende o autor, há mais de duzentos anos se repetem compulsivamente na retórica de conservadores e reacionários. As três teses se destinam a provar que qualquer tentativa de mudar a sociedade é desastrosa, tola ou prejudicial sem que a elegância do texto e a clareza dos argumentos sofra qualquer arranhão.

A análise ganha corpo quando Hirschman lança mão de três momentos do pensamento reacionário, quais sejam: as ideias liberais contidas no seio da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão; o processo de democratização e o debate sobre o sufrágio universal do século XIX; e o estado de bem-estar social do século XX. Diante de argumentos extraídos de cada período supramencionado o autor demonstra a pertinência de suas teses.

A tese da perversidade denuncia que o argumento reacionário ou conservador interpreta quaisquer ações voltadas para melhorar aspectos da ordem social, política ou econômica como ações que produzirão, por meio de uma cadeia de consequências não intencionais, o exato oposto do objetivo desejado.

Já a tese da futilidade prevê que os argumentos reacionários buscam convencer que tentativas de transformação não produzirão quaisquer efeitos. O jogo de soma zero seria resultado do desconhecimento de

¹²SAGAN, Carl. Op. cit., p.242.

certa lei supostamente estabelecida pelas ciências sociais. Por assim dizer, movimentos que reivindiquem mudanças serão, invariavelmente, incapazes de alterar o status quo, pois as estruturas profundas da sociedade permanecerão intactas.

Por fim, a tese da ameaça defende que o custo de uma reforma é inaceitável, haja vista o risco de prejudicar as realizações já conquistadas.

O MAPA DO FUTURO GLOBAL – PROJETO 2020 SOB A ÓTICA DE CARL SAGAN E DE ALBERT O. HIRSCHMAN

Em conformidade com o NIC, cenários são visões alternativas plausíveis sobre como o futuro pode se desenvolver e diferem da previsão por não tentarem prever o futuro com base em extrapolações lineares do passado. Cenários não procuram projetar o futuro, mas explorar futuros alternativos. Concentram-se na identificação de descontinuidades e como estas poderiam desenvolver-se conjugadamente ao longo do tempo. Nesse sentido, os cenários se apresentam como mecanismos de antecipação de desenvolvimentos futuros e de avaliação de estratégias para responder a esses eventos ou condições. No limite, o documento publicado pelo NIC, em 2004, objetiva dotar os decisores políticos dos Estados Unidos de uma visão de como poderiam evoluir os acontecimentos mundiais, identificando oportunidades e desenvolvimentos potencialmente negativos que mereçam ação política.¹³

O documento publicado pelo NIC, de fato, como registrado na Apresentação de sua publicação em português, não se aproxima em nada a uma análise neutra comprometida com uma rígida metodologia.¹⁴ Verifica-se, claramente, a presença dos interesses estratégicos norte-americanos ao longo de todo o texto, notadamente na escolha de temas prioritários e nos questionamentos. Vale ressaltar, que o cunho não acadêmico do texto não prescinde de premissas bastante reais como, por exemplo, a emergência de novas potências, dentre as quais encontram-se a China, a Índia e o Brasil. E, diante dessa realidade, os cenários em tela apresentam alguns desafios à manutenção da hegemonia dos Estados Unidos até 2020.

De acordo com o documento, algumas certezas relativas e incertezas-chave compõem a paisagem global em 2020. Desse conjunto de certezas e de incertezas, o foco foi direcionado a três delas, quais sejam: por

¹³ Cf. <http://www.dni.gov/>.

¹⁴ CIA. Central Intelligence Agency - United States of America. Relatório da CIA: como será o mundo em 2020. São Paulo: Ediouro, 2006.

certezas relativas, o NIC prevê o “suprimento de energia suficiente para atender à demanda global”. Em contrapartida, a incerteza-chave aponta para a “instabilidade política nos países produtores de petróleo; crise no suprimento mundial”. Acrescente-se, a título de certeza relativa, a pequena probabilidade de um conflito deflagrar uma guerra mundial, considerando, uma incerteza-chave, a “capacidade norte-americana de administrar zonas de conflito e competição por causa de recursos”. Por fim, os Estados Unidos permaneceriam, para efeito de certeza relativa, como “o mais poderoso ator nos setores econômico, tecnológico e militar”. Contudo, a incerteza-chave destaca a presença de países que “desafiarão Washington mais abertamente, caso os EUA percam a posição de líder científico e tecnológico”.¹⁵

Diante deste panorama, entende-se que as políticas externa e de defesa norte-americanas caminhem no sentido de garantir suas demandas internas de petróleo e de enfrentar desafios por parte do possível rearranjo no funcionamento do sistema internacional causado pela emergência de novas lideranças. E, nesse sentido, junto ao documento é possível verificar algumas construções argumentativas que merecem destaque e impõem cuidadosa atenção.

Dentre as “Implicações políticas” presentes no documento: “A dependência do petróleo estrangeiro também deixa os Estados Unidos mais vulneráveis conforme aumenta a competição pela garantia do acesso ao recurso e crescem os riscos de interrupção do abastecimento”.¹⁶ Sendo que, sob olhar do NIC, o “Brasil é parceiro natural [grifo meu] tanto dos Estados Unidos e da Europa, quanto da China e da Índia e tem potencial para ampliar seu papel como exportador de petróleo.”¹⁷ Da contribuição de Carl Sagan, extrai-se que o argumento é falacioso, recaindo na sua tipologia como uma falácia denominada Petição de Princípio, pois o termo natural, utilizado na citação, supõe uma total previsibilidade do Brasil com relação à consolidação de suas parcerias, descartando a possibilidade de uma escolha estratégica por parte do governo brasileiro.¹⁸ E, as questões que se impõem são: o que garante tamanha certeza do pensamento norte-americano acerca da parceria brasileira? Essa parceria natural é considerada uma solução para os desafios impostos pelas possíveis rupturas no abastecimento de recursos energéticos por parte dos grandes países exportadores?

¹⁵ NIC. Op. cit., p.8.

¹⁶ Id. *ibid.*, p.117.

¹⁷ Id. *ibid.*, p.54.

¹⁸ SAGAN, Carl. Op. cit., p.245.

No tópico intitulado “Como o mundo vê os EUA”, chama a atenção o olhar da África subsaariana. Segundo o documento: “[...] os EUA e outros países ocidentais podem não continuar aceitando [grifo meu] o produto de ‘exportação’ africano de maior sucesso, suas pessoas”.¹⁹ Considerando as diversas ações políticas, por parte dos considerados países desenvolvidos, voltadas para a imigração, os mesmos já não aceitam esses imigrantes africanos subsaarianos há algumas décadas. Contudo, essa não é a constatação mais intrigante. Carl Sagan intitula Espantalho a falácia que caricatura uma posição para facilitar a ofensiva.²⁰ Através dessa lente, considerar os africanos subsaarianos um sucesso de exportação se encaixa sob medida na análise do discurso a que se destina nosso texto.

No “Sumário executivo”, o NIC registra que: “[...] os cenários e tendências que analisamos sugerem a possibilidade de aproveitamento do poder dos novos jogadores no sentido de contribuir para a segurança global e aliviar os EUA de parte dessa responsabilidade [grifos meus]”.²¹ Os termos aliviar e responsabilidade, presentes nesta citação, levam à outra falácia, na tipologia de Carl Sagan, denominada Palavras Equívocas.²² O termo aliviar aparece como um eufemismo para desafiar, da mesma forma que o termo responsabilidade parece nitidamente utilizado como um eufemismo para dominação. Em assim sendo, a leitura sem eufemismos poderia ser: “[...] os cenários e tendências que analisamos sugerem a possibilidade de aproveitamento do poder dos novos jogadores no sentido de contribuir para a segurança global e desafiar os EUA no que tange a essa dominação.

Ao substituir a lente de Sagan pela lente de Hirschman, também é possível identificar a presença de suas três teses (perversidade, futilidade e ameaça), conforme descrito anteriormente.

Um exemplo da tese da perversidade, presente no documento elaborado pelo NIC, pode ser verificado na seguinte implicação política detectada: “Em um mundo globalizado onde a informação é rapidamente partilhada - incluindo a partilha transfronteiriça feita internamente por empresas multinacionais - o criador da nova ciência ou tecnologia pode não ser necessariamente o beneficiário no mercado.”²³

Diante da citação em tela, o que se percebe é a presença do argumento reacionário ou conservador encaixado na tese da perversidade de

²⁰SAGAN, Carl. Op. Cit., p. 248.

²¹ NIC. Op. cit., p.18.

²²SAGAN, Carl. Op. cit., p.249.

²³ NIC. Op. cit., p. 112.

Hirschman. Sob esse viés interpretativo, a criação de novas tecnologias não beneficiará, obrigatoriamente, seu criador; ao contrário, tal criação pode beneficiar justamente o opositor ou o concorrente.

Já a tese da futilidade pode ser conferida na seguinte passagem do documento:

[...] um forte crescimento econômico provavelmente vai ajudar a superar as divisões e a impulsionar mais regiões e países no sentido de uma nova ordem global. No entanto, as rápidas mudanças também podem produzir, às vezes, desordens; uma das lições aprendidas com esses cenários é a necessidade de gestão para assegurar que a globalização não saia dos trilhos.²⁴

Aqui, o argumento reacionário ou conservador ilustrado através da tese da futilidade de Hirschman indica que o crescimento econômico poderá melhorar aspectos da ordem social, política ou econômica. Todavia, o jogo é de soma zero, uma vez que tal mudança poderá produzir, por falta de gestão, a desordem.

Por fim, segue o registro de uma ocorrência da tese da ameaça: “[...] se os Estados Unidos mudarem seu foco para a Ásia, a relação União Europeia-Estados Unidos pode ser distendida até o ponto de ruptura”.²⁵

A presença da lógica apresentada pela tese da ameaça de Hirschman denuncia o argumento reacionário ou conservador quando aponta que o custo da mudança de foco norte-americana em direção à Ásia seria inaceitável, considerando o risco de prejudicar o que já se conquistou com a relação União Europeia-Estados Unidos.

CONCLUSÃO

Em entrevista ao programa Milênio, do canal Globo News, em 15 de fevereiro de 2012, Immanuel Wallerstein afirma que vivemos momentos difíceis.²⁶ Identifica a presença da insegurança física, financeira e da confusão geopolítica; esta última relacionada ao fim hegemonia americana.

²⁴ Id. *ibid.*, p.111.

²⁵ Id. *ibid.*, p.115.

²⁶ WALLERSTEIN, Immanuel. Um sistema em transição [15 fev. 2012]. Entrevistador: Jorge Pontual. . Entrevista exibida no programa Milênio. Globo.com. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/globo-news-milenio/tag/immanuel-wallerstein/>.

Alega ser intrinsecamente impossível prever o que irá acontecer, pois os acontecimentos serão resultado de uma infinidade de decisões tomadas por uma infinidade de pessoas em uma infinidade de momentos. No entanto, defende que a mudança de direção do sistema é inevitável.

Se a lógica do funcionamento do sistema impõe a busca pela preponderância, é natural que se assista, em algum momento, ao surgimento de potências emergentes no tabuleiro onde o jogo é jogado. Não menos coerente é a tentativa, por parte das potências historicamente preponderantes, de manutenção de seu status quo, notadamente, dos Estados Unidos, atual potência hegemônica.

Com base nessa premissa e nos indícios encontrados no Mapa do Futuro Global, publicado em 2005 pelo Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos-NIC, o que se pode inferir é que o instrumental fornecido por Carl Sagan e Albert O. Hirschman fornecem fortes subsídios para que se possa verificar a real possibilidade da existência de argumentação de cunho conservador e reacionário, com vistas à manutenção do status quo, na elaboração de cenários prospectivos a respeito de alguns recursos fundamentais para a sobrevivência no interior e não à margem da atual sociedade industrial.

Sabe-se que reconhecer a existência de falácias e de retóricas de cunho reacionário ou conservador não é suficiente para elaborar uma verdade irrefutável a respeito de qualquer discurso. Contudo, nas palavras de Sagan: “Como todos os instrumentos, pode ser mal empregado, aplicado fora do contexto, ou até usado como uma alternativa mecânica para o pensamento. Mas, aplicado judiciosamente, pode fazer toda a diferença [...]”²⁷

REFERÊNCIAS:

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. v. 2.

FIORI, José Luís. A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul. Unicap, São Paulo, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.unicap.br/neal/artigos/ProfFiori.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

FIORI, José Luís. Sobre o poder global. Novos Estudos, São Paulo, n. 73, p. 61-72, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2012.

²⁷ SAGAN, Carl. Op. cit., p.249.

FLORES, Mário César. Defesa nacional: parâmetros internacionais e problemas internos. Interesse Nacional, Jardim Brasília, DF, jul. 2008. . Disponível em: <http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd_artigo=2>. Acesso em: 22 nov. 2012.

GRAY, John. A morte da utopia e o regresso das religiões apocalípticas. Lisboa, Portugal: Guerra e Paz Editores, 2008.

HERODOTO, Barbeiro. Relatório da CIA: como será o mundo em 2020. São Paulo: Ediouro, 2006.

HIRSCHMAN, Albert. O. A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. World Energy Outlook 2010. France, 2010. Disponível em: <<http://www.worldenergyoutlook.org/media/weo2010.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2012.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCI. Mapping the Global Future. Report of the National Intelligence Council's 2020 Project. Washington, DC, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends_Mapping%20the%20Global%20Future%202020%20Project.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.

NAVEGA, Sergio. Pensamento crítico e argumentação sólida. São Paulo: Publicações Inteliwise, 2005.

SAGAN, Carl. O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro. São Paulo: Companhia das Letras: 2006.

SCHWARTZ, Peter; RANDALL, Doug. An abrupt climate change scenario and its implications for United States national security. Global Business Network, San Francisco, CA, Oct. 2003. Disponível em: <<http://www.gbn.com/articles/pdfs/Abrupt%20Climate%20Change%20February%202004.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. Um sistema em transição. [15 fev. 2012]. Entrevistador: Jorge Pontual. Globo.com. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista exibida no programa Milênio. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/globo-news-milenio/tag/immanuel-wallerstein/>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

Recebido em: 31/10/2012

Aceito em: 21/01/2013

